

Programa Jurisdicional de REDD+ do Acre do Sistema de Incentivos ao Serviço Ambiental do Carbono (ISA Carbono)

Prêmio ODS Brasil 2018

Instituição Responsável: Instituto de mudanças climáticas e regulação de serviços ambientais - IMC

Contato: Daniella Alves Brum

E-mail: dalvesbrum@gmail.com; magalymedeiros@gmail.com

Telefone: (68) 99603-9368 / (68) 3223-1933

Endereço: Rua das Acácias, 279, Distrito Industrial - Rio Branco-AC.

Local de realização: Estado do Acre.

Data de início da prática: 22/10/2010

Fotos



Aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Caracterização da situação-problema

O estado do Acre, com uma superfície territorial de 164.221 Km² (4% da área amazônica brasileira), também apresenta as consequências das mudanças no uso e ocupação do solo: aproximadamente, 22 mil Km² (13% da área total do estado) foram desmatados desde 1988. Neste cenário, o Acre tem definido como uma das suas políticas prioritárias a necessidade de eliminar o desmatamento ilegal e de reduzir as taxas de desmatamento legal na Floresta Amazônica.

As áreas abertas representam um desafio de uso diversificado e produção integrada de forma intensificada, evitando assim, o avanço do desmatamento e queimadas, bem como a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera.

A política de Desenvolvimento Sustentável do Estado considera uma visão de paisagem integrada do território em que a floresta é um provedor de produtos e serviços ambientais e se integra à diversidade de uso das áreas já convertidas.

Apesar dos importantes resultados na redução do desmatamento, os esforços para controle do desmatamento e da degradação florestal, estão sujeitas às interferências das dinâmicas econômicas. A redução do desmatamento no Acre demanda a ampliação da oferta de serviços ambientais e o estabelecimento de incentivos positivos que promovam uma mudança no comportamento do uso da terra, e a promoção de mercados diferenciados para os produtos sustentáveis.

Após mais de uma década construindo e implementando a política de Desenvolvimento Sustentável, em 2010, o Governo do Acre cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA (Lei Estadual Nº 2.308/2010).

A Lei do SISA institui sete programas referentes a cada serviço ambiental, e regulamenta, dentre eles, o Programa de Incentivos a Serviços Ambientais do Carbono, ISA Carbono. O ISA Carbono é o marco legal do Programa Jurisdicional Subnacional para redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+), bem como do manejo florestal sustentável e da recuperação e aumento dos estoques de carbono. Trata-se de uma estratégia para captar, prover e dar sustentabilidade de recursos financeiros ao Estado para o estabelecimento de uma economia de baixo carbono.

Objetivos da prática

O Programa de REDD+ do Acre tem por objetivo geral promover a redução progressiva, consistente e de longo prazo das emissões de gases de efeito estufa com vistas ao alcance da meta voluntária estadual de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal. Tem como objetivos específicos:

- a) criar e implementar instrumentos econômico-financeiros que contribuam para a conservação ambiental e para a redução de emissões de gases de efeito estufa;
- b) estabelecer a infraestrutura e os instrumentos para medir, analisar e relatar a redução das emissões de dióxido de carbono oriundas do desmatamento e degradação florestal;
- c) fortalecer a cooperação e o alinhamento nos níveis internacional, nacional, subnacional e

local do Programa;

d) promover a repartição de benefícios para atores que contribuam para a redução do desmatamento e degradação florestal, e que conservem, preservem e recuperem os ativos florestais;

e) promover a institucionalização de um sistema estadual de REDD+ que se assente em conceitos nacional e internacionalmente reconhecidos;

f) promover um novo modelo de desenvolvimento sustentável local e regional de baixa intensidade de carbono.

O público alvo da prática são os provedores de serviços ambientais que promovam ações de preservação, conservação, recuperação e uso sustentável de recursos naturais, quais sejam povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, extrativistas e produtores.

Descrição da implantação da prática

2009: Consulta pública proposta de Projeto Pagamento por Serviços Ambientais – Carbono (PSA – Carbono) – 13/08/2009 a 30/04/2010: todos os setores da sociedade foram consultados.

2010: criação da lei 2.308 (SISA)

2012-2015 (REM Acre Fase I) A contribuição financeira não reembolsável ao SISA para a consolidação do ISA Carbono foi realizada através de dois contratos de contribuição financeira firmados entre o Estado do Acre e o Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW) para a execução do Programa Global REDD para Early Movers (Programa REM/Acre);

2015-2018: Criação da Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+) e participação do Acre na Comissão Nacional de REDD+ (CONAREDD+);

2017-2018 (REM Acre Fase II): No Ano de 2017 o governo do Estado do Acre assinou dois novos contratos com o Banco de do Desenvolvimento Alemão para a continuação do Programa com a inclusão da participação do Reino Unido/BEIS (Contrato de Implementação financeira).

Recursos financeiros

Origem dos Recursos	Realizado em 2017	Previsto para 2018
Recursos próprios da instituição responsável pela gestão da prática		
De parcerias:		
• Instituições privadas nacionais		
• Instituições públicas nacionais		
• Instituições internacionais		R\$48.562.613,00
Outros		
Total		R\$48.562.613,00

Equipe da prática

Origem da equipe	Número de pessoas
Entidade responsável pela gestão da prática	32
Entidades parceiras	25
Voluntários/outros	
Total	57

Instituições parceiras

Secretaria de Estado de Meio Ambiente: planejar, coordenar, executar e supervisionar a política estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, gestão territorial, florestal e serviços ambientais;

Secretaria de Estado de Meio Ambiente: planejar, coordenar, executar e supervisionar a política estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, gestão territorial, florestal e serviços ambientais;

Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais: responsável pela coordenação e implementação do Programa ISA Carbono vinculado ao sequestro, à

conservação do estoque e à diminuição do fluxo de carbono por meio da Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD);

Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais: responsável por atrair investimentos públicos e privados para o programa;

Secretaria de Estado de Planejamento: responsável pela gestão operacional (técnica, administrativa e financeira) dos recursos;

Secretaria de Estado de Fazenda: responsável pela Conta Financeira Específica para a realização das transações financeiras, recipiente dos recursos REM/KfW e responsável pelos repasse de recursos para as demais entidades governamentais;

Casa Civil do Estado do Acre: articula o Programa ISA Carbono com as demais políticas públicas e secretarias estaduais, bem como com entes nacionais e internacionais;

Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto: Realiza o monitoramento do desmatamento, degradação florestal e estoque de carbono em nível estadual;

Assessoria de Assuntos Indígenas do Governo do Estado do Acre: apoia a articulação, elaboração e implementação do Subprograma Indígena do SISA e participa das instâncias consultivas e de planejamento sobre este tema no Programa REM/KfW;

Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar: implementa o Programa ISA Carbono através de ações de assistência técnica para fortalecimento das cadeias produtivas florestais;

Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária: Apoia a articulação, elaboração e implementação do Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável no tema bovinocultura;

Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis: apoia a articulação e implementação do Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável no tema piscicultura e agroenergia e design em produtos madeireiros;

Instituto de Meio Ambiente do Acre: implementa as ações de licenciamento, comando e controle previstas no âmbito do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais do Acre;

Procuradoria Geral do Estado: responsável pela construção das normas complementares do SISA e supervisão jurídica nos diversos sistemas e arranjos institucionais;

Ministério do Meio Ambiente: Alinhamento da Política Pública Estadual com a Nacional;

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: Responsável pela elaboração do Inventário de Gases de Efeito Estufa do Estado do Acre;

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GIZ - realiza assessoria técnica e formação de capacidades necessárias para a execução do programa;

Earth Innovation Institute: apoio no desenvolvimento e alimentação da plataforma de monitoramento de desempenho territorial;

World Wild Fund: apoio na implementação de estratégia de governança do programa ISA Carbono;

Governors' Climate and Forests Task Force: parceria entre estados e províncias tropicais no caminho da construção de programas jurisdicionais robustos para proteger florestas e clima.

Participação dos beneficiários

Na criação do SISA os princípios e critérios com respeito a salvaguardas e processos de consulta e participação aplicados estão em acordo com os princípios brasileiros para REDD+ e as normas e práticas internacionais. O diálogo com a sociedade civil e os atuais e futuros beneficiários do SISA para a implementação do Programa ISA Carbono estão em contínuo progresso, de modo que seja mantido um alto nível de participação.

Para a implementação do Programa foram realizadas consultas públicas, reuniões e oficinas com os beneficiários (indígenas, extrativistas e produtores rurais) onde foram recebidas recomendações para o Projeto ISA Carbono.

Foram realizadas visitas aos beneficiários em todo o Estado e realizados seminários de avaliação que contam com a participação dos extrativistas, produtores rurais, agentes agroflorestais e lideranças indígenas, que são beneficiários do programa.

Já que todas as ações do SISA são guiadas pela transparência e participação social, foi criada a Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA), a qual é formada por representantes de oito instituições (quatro do poder público e quatro da sociedade civil organizada), revelando-se como canal democrático que orienta e legitima o processo de execução do programa ISA Carbono.

Além disso, foram instituídas as Câmaras Temáticas Indígenas e de Mulheres no intuito de dar expansão à representatividade desses dois grupos. A CTI foi criada para garantir a efetiva participação e o protagonismo indígena na concepção e implementação de um subprograma indígena no âmbito do Programa ISA Carbono.

Já a CTM foi originada da ideia de valorização da atuação de mulheres na cena do desenvolvimento sustentável do Acre, o que garante salvaguardas socioambientais e promove a boa governança.

Resultados alcançados

As atividades do Programa ISA Carbono foram enquadradas em quatro subprogramas:

Indígena:

Foram investidos recursos na assistência técnica, na produção agroflorestal, na criação de pequenos animais, peixes e beneficiamento e escoamento dessa produção, visando garantir a segurança alimentar, melhorar as condições de vida e de saúde nas aldeias e abrir alternativas de geração de renda, beneficiando 6.997 indígenas, em onze municípios,

fortalecendo 24 Planos de Gestão Territorial Indígena (PGTIs), aprimoramento do monitoramento ambiental, da proteção e vigilância e redução o desmatamento nas terras indígenas. Também foram contemplados recursos para a remuneração de 149 Agentes Agroflorestais para as 24 Terras Indígenas, beneficiando 15.585 indígenas.

Produção familiar sustentável:

Incentivou a produção familiar, criação de pequenos animais e cadeias produtivas em pequena escala, beneficiando, aproximadamente, 6.509 famílias. Destaca-se a produção de frutas tropicais oriundas de sistemas agroflorestais e o fortalecimento da infraestrutura social, atendendo as comunidades que vivem em locais de difícil acesso, com 86 km de ramais recuperados nas Florestas Estaduais e entorno; 2394 hectares de área mecanizada para a produção familiar; construção de galpões para melhor armazenamento e garantia da qualidade da produção para comercialização; aquisição de equipamentos e insumos para 410 produtores; 366 milheiros de alevinos; 125 mil mudas de café adquiridas; ações como “florestas plantadas”, assistência técnica de extensão rural (ATER) para produção familiar e para implementação dos planos de gestão das florestas estaduais, mecanização e apoio ao turismo ecológico.

Extratativismo:

Fortaleceu os investimentos nas cadeias produtivas da madeira, borracha, murumuru, açaí, café, frutas, mel, mandioca e peixe beneficiando 6.509 famílias em todo o Estado.

Pecuária diversificada sustentável:

Buscou modernizar a pecuária tradicional por meio da diversificação das cadeias produtivas (corte e leite) e aprimoramento dos processos de criação. Resultou no benefício de 4.502 famílias em todo o Estado e no fortalecimento das cadeias produtivas da piscicultura e da bovinocultura, com fomento voltado principalmente para atividades de construção de viveiros piscícolas, aquisição de alevinos e ração, mecanização para sistemas agrossilvipastoris e assistência técnica.

O Acre tem feito avanços significativos para redução do desmatamento em seu território, através de políticas públicas para gestão ambiental de promoção de uma economia com base florestal.

Nos últimos 12 anos reduziu-se o desmatamento em 66% (2004-2017) e somente em 2017 chegou-se a reduzir 34% da taxa de desmatamento em relação ao ano anterior (INPE, 2017). Dentre estas políticas, estabeleceu o marco regulatório e institucional para a valorização econômica dos serviços ambientais (SISA), dentre eles a redução de emissões do desmatamento e degradação florestal e aumento dos estoques de carbono REDD+.

Até setembro 2017 foram beneficiados aproximadamente 6.997 associados indígenas (superando a meta de 2000). Das associações dedicadas à produção rural foram beneficiadas aproximadamente 6.509 famílias inseridas nas cadeias da produção familiar sustentável.

Convergência da prática com políticas públicas vigentes

Em nível nacional, os objetivos e as diretrizes para o enfrentamento da mudança do clima no Programa ISA Carbono do SISA são estabelecidos, também, pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC, Lei 12.187/2009);

Como principal instrumento de integração e articulação de iniciativas de REDD+, tem-se o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), possuindo interfaces com os demais planos setoriais e convergência com as metas do ISA Carbono;

O Fundo Amazônia, criado pelo Decreto nº 6.527/2008, é tido como um dos exemplos pioneiros de pagamento por resultados de REDD+ e tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia.

Além disso, o Programa de REDD+ do Acre possui afinidade com as NDC apresentada pelo Brasil ao Acordo de Paris em 2015, reafirmando que políticas, medidas e ações necessárias ao alcance das metas estabelecidas poderão ser implementadas com apoio de mecanismos financeiros, com vistas a fortalecer a eficácia de atividades de REDD+.

A Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+) tem enfoque em ações coordenadas de prevenção e controle do desmatamento e da degradação florestal, a promoção da recuperação florestal e o fomento ao desenvolvimento sustentável. A Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+), instituída em 2015, é responsável por coordenar, acompanhar e monitorar a implementação da Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil, tendo Acre como um de seus membros.

No nível estadual temos a Lei Nº 3.100 de 29 de dezembro de 2015 que "Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019" e que constitui como uma de suas diretrizes a integração de um projeto estadual de desenvolvimento sustentável que vem se consolidando há mais de dezesseis anos e que concilia o crescimento econômico, a distribuição da renda e a inclusão social com a preservação das nossas riquezas naturais.

Ainda, o Programa ISA Carbono está em consonância com o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Estado do Acre (PPCD-AC), no que tange ao objetivo de garantir reduções expressivas taxas de desmatamento do Estado.

Por fim, o Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado do Acre (Lei nº 2.025/2008) também possui como um de seus objetivos a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a redução de emissões de gases poluentes e o uso sustentável e adequado dos recursos naturais.

Lições aprendidas

Desafios encontrados

1. Resistência por parte da sociedade de entendimento de REDD+ e dos impactos positivos que pode ter para o clima, floresta e comunidades;
2. A escassez de referências na temática de políticas públicas de REDD+, o que impulsionou o que impulsionou o aprendizado mútuo, conjunto e contínuo da equipe engajada na prática;
3. Críticas ideológicas de mercantilização da natureza contrapondo ao entendimento da estratégia de incentivos aos sistemas produtivos para a geração de renda e qualidade de vida da população envolvida;
4. Atingir uma comunicação efetiva, clara e transparente a todos os atores envolvidos em diferentes níveis do programa.

Fatores críticos de sucesso

1. A estrutura de governança promoveu uma transparência e ampla participação social, bem como a validação e divulgação de resultados;
2. A integração entre instituições de governo, sociedade e movimentos sociais por intermédio da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento - CEVA;
3. A atração de parceiros estratégicos ao Programa;
4. A integração e alinhamento dos governos subnacional, nacional e internacional na implementação do programa;
5. O investimento numa comunicação efetiva, transparente para o compartilhamento de informações e estratégia;
6. A efetiva participação de todos os seguimentos sociais na definição da repartição de benefício e de seus resultados.